

## Educação para a Paz como percurso para a formação da educadora e do educador pacifista

### Education for Peace as a path for the training of the pacifist educator

Zilpa Helena Lovisi de Abreu<sup>1</sup>  
Universidade de Vigo  
[helenadeabreu@hotmail.com](mailto:helenadeabreu@hotmail.com)

**Resumo:** A paz como fenômeno social e político define-se a partir de estudos alicerçados em conceitos próprios e componentes epistemológicos específicos que traduzem, na realidade empírica, sua natureza e função social. A Educação para a Paz, como processo pedagógico contínuo e dinâmico, constitui um campo de conhecimento próprio com vista à construção da cultura de paz e da pedagogia da paz. O presente artigo tenciona sistematizar dimensões da Educação para a Paz no intento de identificar meios para a formação do educador e da educadora pacifista em sua atuação pedagógica, bem como nas ações globais e no comprometimento com a vida em todos os seus sentidos. Para este processo realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva e qualitativa a partir de leituras correlacionadas ao percurso histórico e aos objetivos da Educação para a Paz, com a proposta de delimitar caminhos pautados no envolvimento com a Paz e seu imperativo ético em prol do bem comum.

**Palavras-chave:** Educação para a Paz; Educador/a pacifista; Formação docente

**Abstract:** Definitions of peace as a social and political phenomenon are based on studies grounded in specific concepts and epistemological components that translate, in empirical reality, its nature and social function. Education for Peace, as a continuous and dynamic pedagogical process, constitutes a field of knowledge that aims to building a culture of peace and a pedagogy of peace. This article intends to systematize dimensions of Education for Peace in an attempt to identify means for training pacifist educators in their pedagogical activities, as well as in global actions and commitment to life in all its senses. For this process, a descriptive and qualitative research was carried out based on readings correlated to the historical path and the objectives of Education for Peace, with the proposal

---

<sup>1</sup> Universidade de Vigo, Campus Ourense, Espanha.

to delimit paths based on the involvement with Peace as an ethical imperative for the common well-being.

**Keywords:** Education for Peace; Pacifist Educator; Teacher Training

## Introdução

Educar para a Paz não visa a perenidade da tranquilidade entre os seres, mas o esforço de trabalhar por ela: a resiliência constante, sua promoção diuturna. A construção da paz, para muitos, tem algo como o Mito de Sísifo<sup>2</sup> – que, dia após dia, tinha que rolar a mesma pedra até o alto da montanha. Em que pedra e montanha pensamos para desenvolver esse manuscrito? A pedra é aquele esforço que se depreende em prol da construção de valores que integrem os seres humanos; entendemos que a paz é um desses. A montanha é o caminho para alcançar os objetivos traçados – ou seja, a Educação para a Paz (EP).

É importante esmiuçar que paz desejamos e quais caminhos podemos trilhar para trabalhar por ela. Visamos uma paz ativa, produtora, com olhares para os vários aspectos que a compõem, pois seu processo é dinâmico e contínuo; sua busca é construir cultura de paz para e entre os seres humanos, em contextos sociais distintos e no respeito às diversidades (JARES, 2002). Para nós a EP é um caminho que colabora para a edificação de bases mais sólidas, a fim de promover uma boa travessia; precisa-se de propostas bem delimitadas e de pessoas qualificadas para manter a pedra mais firme, sem descidas e subidas desnecessárias.

Aqueles que desenvolvem a práxis educativa – as educadoras e os educadores –, devem estar embasados por formações, tanto iniciais quanto continuadas, na verve de conhecimentos pedagógicos voltados para uma cultura de paz. Desejamos que este artigo possa trazer subsídios para identificar, nos processos referentes à EP, caminhos para sistematizar esse lugar, dando um pouco mais de paz ao “educador-Sísifo”.

Trazer a questão da EP como contributo para a formação de educadores pacifistas para o século XXI é o desafio que deverá sustentar o sistema educativo e as ideias aqui propostos. Esse sistema, que abrange muitos lugares e olhares, tem a construção da paz como elemento central, que gerará o fazer educativo (GÓMEZ-ARÉVALO, 2014; GUIMARÃES, 2005). Nosso objetivo é identificar, a partir dos estudos da Educação para a Paz e sua caminhada epistemológica, em seus conceitos, proposições e ações pedagógicas, algumas bases para a formação do educador e da educadora pacifista. É tarefa de primeira ordem, diante da realidade complexa que hoje permeia as relações humanas e o entorno planetário, pensar a paz, a educação e a formação de professores como uma rede que se intercomunica, continuamente, para o bem comum.

---

<sup>2</sup> Segundo o mito grego, o jovem Sísifo recebeu uma punição: rolar diariamente uma pedra montanha acima até o topo. Ao chegar ao topo, o peso e o cansaço promovidos pela fadiga fariam a pedra rolar novamente até o chão e, no outro dia, ele deveria começar tudo novamente, e assim para todo o sempre. Essa punição era um modo de envergonhar Sísifo por sua esperteza usada para tramar contra os deuses. Sobre “O mito de Sísifo e sua conotação contemporânea”, verificar: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/o-mito-sisifo-sua-conotacao-contemporanea.htm>>. Acesso em: 08 set. 2022.

Como bem ressalta Paulo Freire (2014)<sup>3</sup>, nós fazemos a educação mediados pelo mundo, pelos contextos históricos, pelo nosso testemunho diante deles, para, a partir daí, avançar em consciência, em ações, em esperança (FREIRE, 2014, p. 70). A ideia é que passemos a pensar a paz como um projeto, uma agenda a ser realizada, uma dimensão educacional a ser desenvolvida e processada por todo o sistema educacional, percebendo as bases que estruturam sua formação e que tipo de paz objetivamos edificar.

A EP, tal como Gómez-Arévalo (2014) a identifica, não passa por um “[...] movimento pedagógico que aparece e logo é substituído, mas é uma constante evolução educativa ao longo do século XX” (GÓMEZ-ARÉVALO, 2014, p. 258), e sua evolução continua presente nos dias de hoje. Seus propósitos remetem à não guerra, às ações não violentas, ao direito à paz, à justiça social, ao desenvolvimento sustentável, a um projeto educacional permanente, de dimensões pedagógicas próprias, crítico e criativo (BAENA e PESQUERO, 1998).

A paz não nasce pronta: é fruto imanente do bem comum, da solidariedade, da educação responsável. As ações humanas são determinantes na construção de um novo tipo de cultura:

[...] a paz é uma coisa que se faz, que importa fazer, que há que fabricar, pondo na faina todas as potências humanas. A paz não *está aí*, simplesmente, pronta para que o homem a goze. A paz não é fruto espontâneo de nenhuma árvore. Nada importante é apresentado ao homem; pelo contrário, tem ele de fazê-lo, de construí-lo. Por isso, o título mais claro de nossa espécie é ser *homo faber* (ORTEGA Y GASSET, 1962, p. 276).

Como *homo faber*, circunscrevemos nossa vida no fazer, na ação-reflexão-ação (FREIRE, 2013, p. 24). Por isso afirmamos que o processo histórico da EP é basilar em uma análise dos estudos sobre a paz, de modo que seja organizado na e para a formação das educadoras e dos educadores, pois a formação estrutura as ações e sustenta o caminho. Pensar a formação de educadores para paz, aliar teoria e prática, tanto na dimensão inicial quanto na continuada, é tarefa desafiadora, pois o fazer pedagógico exige entendimentos a respeito de diversos aspectos da realidade em que se está inserido: os desafios da convivência, da cooperação, do autoconhecimento, da elaboração e difusão de saberes, entre outros.

O educador Marcelo Guimarães (2005), autor de *Educação para a Paz: sentidos e dilemas*, aponta que a EP é “[...] tarefa mundial, exigência indiscutível, componente importante dos programas educativos”, de sorte que esta não seria “um modismo pedagógico ou uma tarefa a realizar” (GUIMARÃES, 2005, p. 22); antes, é um dever educacional mundial e, por ser um dever, deve ser sistematizado nos projetos pedagógicos, na definição dos currículos, no trabalho didático e nas legislações; o educador será o elemento-chave para sua difusão e sistematização desse processo.

Guimarães (2005) delimita o século XX como o que promove e organiza a episteme da EP através do estabelecimento de seus marcos históricos, que são elementos fundamentais para a compreensão dos caminhos já percorridos e sobre sua aplicabilidade dentro do campo educacional. A paz deixa a abstração e

---

<sup>3</sup> Paulo Freire é reconhecido como patrono da educação brasileira pela Lei nº 12.612, 13/04/ 2012.

torna-se ação; para esse entendimento trataremos, no tópico a seguir, de forma resumida, alguns pontos das principais dimensões históricas que consideramos particularmente relevantes para a formação da educadora e do educador pacifista.

### **Sobre os que vieram antes... Dimensões históricas da Educação para a Paz**

As dimensões históricas<sup>4</sup> se entrelaçam em uma ordem sistêmica: não há início e fim cronológico dos acontecimentos, de forma a limitá-los. Os fatos que sistematizam a episteme da EP são como as ondas do mar: sobrepõem-se e multiplicam-se em um movimento não-linear (JARES, 2002, p. 16).

Apresentaremos, de forma sucinta, alguns aspectos-chave das seis dimensões históricas que elencamos a seguir: 1. o Movimento Pedagógico da Escola Nova; 2. a criação da ONU/UNESCO; 3. Os movimentos da nãoviolência; 4. a Pesquisa pela Paz – *Peace Research*; 5. a Educação Popular; 6. a Tradição Holística. Cada uma delas será apresentada a partir da referência dos estudos e análises realizadas pelos educadores Xesús Jares (2002) e Guimarães (2005).

Jares (2000, 2002), de nacionalidade espanhola, foi um professor que deixou um importante legado para a compreensão e a prática da EP, principalmente através de seu livro Educação para Paz: sua teoria e sua prática, obra pioneira (HERRERO RICO, 2003, p. 285) e de leitura incontornável por todos aqueles que desejam se aprofundar no tema e, quem sabe, somar ao grupo de educadores pacifistas.

O educador Guimarães (2005) foi um ativista da paz e sistematizou seus estudos da paz no Brasil, suprimindo uma lacuna neste âmbito e possibilitando uma compreensão mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais aprofundada da questão da paz em solo brasileiro (BOMBASSARO, 2006, p. 446). Seu trabalho de pesquisa culminou na já citada tese, defendida em 2003, que logo tornou-se seu principal livro.

É um dos primeiros a trazer os estudos da EP para dentro do cenário educacional brasileiro, sistematizando seu campo de saber e dando contornos a esses estudos. E afere que

O educador para a paz também se abisma com a complexidade do campo. É um campo estruturado, um corpo sistemático, surpreendendo especialmente o estudioso brasileiro, pouco familiarizado com essa direção pedagógica. [...] Isto é, ela constitui-se num conjunto de práticas, um sistema objetivo, um referencial bibliográfico próprio, um arcabouço teórico e metodológico, uma evocação de personalidades e teóricos, enfim, um desenvolvimento para além do modismo, da conjuntura ou da convivência. E essa riqueza necessita ser estudada, conhecida, debatida, para que as propostas de educação para a paz, em terras brasileiras, ganhem fôlego e sustentação (GUIMARÃES, 2005, p. 320).

---

<sup>4</sup> De acordo com Jares (2002, p. 16), são quatro os “marcos geradores” concretizados a partir da estruturação da evolução histórica dos estudos da EP. Guimarães (2005, p. 40) amplia a discussão e ressignifica esses “marcos” em nove “tradições de EP”. Escolhe-se a palavra “dimensão” para operacionalizar esses “marcos ou tradições” como ferramentas pedagógicas consideradas mais relevantes na formação de educadores pacifistas dentro do contexto educacional brasileiro, distribuindo-as nos seis eixos temáticos aqui propostos.

Ao compreender as tradições históricas referenciadas para esse artigo, estaremos compreendendo a caminhada que constitui a episteme da EP e seu objeto de investigação, que se insere em vários elementos que se integram, como a valorização radical da vida, a educação para a convivência; a educação para os direitos humanos; a nãoviolência<sup>5</sup>; a educação para o desarmamento, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a democracia. Essas vertentes de investigação, baseadas em cada um dos temas elencados, quando entrelaçadas, constituem o grande campo da EP.

### **Dimensão 1:** A Educação para a Paz na perspectiva da Escola Nova – Movimento de Renovação Pedagógica

Segundo Jares, “a primeira iniciativa sólida de reflexão e ação educativa pela paz” (JARES, 2002, p. 27) é pelo movimento de renovação pedagógica, intitulado Escola Nova, que, em sentido estrito, é o primeiro legado histórico formalizado para instituir ações específicas sobre a EP, quando os educadores começam a tematizar a relação entre educação e paz. Essa dimensão estrutura-se no período da deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no continente europeu. O ser humano mostrou-se capaz de usar mecanismos de extrema violência de uns sobre os outros, desrespeitando qualquer acordo de diálogo pacífico e da busca de outras formas de solução dos conflitos (GUIMARÃES, 2005).

Um dos nomes principais dessa corrente é o da médica e pedagoga Maria Montessori, que aborda, pela primeira vez, e difunde por congressos, conferências e livros, a “Ciência da Paz” (MONTESSORI, 1951, p. 90, apud GUIMARÃES, 2005, p. 45). O olhar dos educadores partiria de um pensamento de reestruturação social, passando pela escola para encontrar caminhos de compor processos de paz, valorizando as potencialidades dos alunos e o respeito à figura do educador. A visão dessa dimensão estrutura-se no papel fundamental da escola na formação humana. Apresentamos, a seguir, algumas práxis pedagógicas, sistematizadas por Guimarães (2005) e Jares (2002) nesse sentido:

1. Análise de textos sob a ótica da crítica ao militarismo;
2. Correspondência interescolar e intercâmbios com escolas de outras nações – internacionalismo escolar;
3. Atenção específica à mudança pessoal e à transformação interior dos hábitos;
4. Utilização da literatura infantil e o cuidado com a primeira infância;
5. Colaboração das escolas com instituições preocupadas com a paz, o meio ambiente e os problemas internacionais;
6. Referência às grandes realizações coletivas em favor da paz, personalidades pacifistas e dos ideais de paz

Na cidade de Juiz de Fora - MG, contexto específico a partir do qual levantamos algumas de nossas considerações teóricas, contamos com pelo menos duas instituições de ensino que pautam seus Projetos

---

<sup>5</sup> A escrita do termo nãoviolência apresenta-se junto e não separada, como palavra única, para dar sentido positivo ao conceito: é uma palavra que tem significado por si mesma e não por negação, que propõe um novo pensamento do ser humano a ser convertido em um novo programa construtivo de ação (JARES, 2002, p. 69).

Político-Pedagógicos (PPP) na metodologia montessoriana: o Instituto Maria<sup>6</sup>, que atende a Educação Infantil (dos 4 meses de idade aos 5 anos e 11 meses) para alunos provenientes de situação de vulnerabilidade social, e a Escola Internacional Saci<sup>7</sup>, que conta em seu histórico com o fato de ser a primeira escola bilíngue da cidade, incorporando o internacionalismo às suas diretrizes metodológicas.

**Dimensão 2:** A Educação para a Paz na perspectiva da ONU – Organização das Nações Unidas / UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Essa dimensão histórica, referenciada pelo momento final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que foram criadas a Organização das Nações Unidas – ONU (24/10/1945) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (04/11/1946), amplia caminhos para pesquisas e atividades diversas em torno dos estudos para a paz. Um dos seus grandes marcos é a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10/12/1948), que aborda o respeito à vida e o direito à paz. As duas instituições atuaram de maneira preponderante no pós guerra e seguem pelo nosso século como órgãos vivos que defendem o educar para a paz.

Guimarães (2005) ressalta, dentre os elementos quanto à EP observados no preâmbulo da constituição da Unesco, o fato de que esta apregoa “nas mentes humanas, as defesas da paz” (GUIMARÃES, 2002, p. 48). Daí a importância de que esses órgãos se debrucem sobre a formação individual e coletiva, pois enfatizam aspectos humanistas para a paz, como a tolerância, o respeito às diversidades, o pluralismo, a cooperação internacional e a democracia, de modo a estimular e fomentar, através da EP, a construção de uma cultura de paz.

O conceito de cultura de paz inicia-se com a Declaração e Plano de Ação Integrado sobre Educação para a Paz, os direitos humanos e a democracia (UNESCO, 1995), discutida na 28ª Assembleia Geral da Unesco, reunida em Paris em 1995. A Assembleia Geral das Nações Unidas deflagra o ano de 2000 como o “Ano Internacional por uma cultura de paz” e a década 2001-2010, como a “Década internacional para uma cultura de paz e não-violência para as crianças do mundo”. Em outubro de 1999, a mesma Assembleia aprova a “Declaração e programa de ação sobre cultura de paz”, simbolizando uma nova ordem nascente para a EP. A seguir, elencamos algumas práticas pedagógicas relativas à dimensão em questão sistematizadas por Guimarães (2005) e Jares (2002), a saber:

1. Adoção de instrumentos normativos sobre a compreensão internacional e os direitos humanos;
2. Realização de conferências, seminários e reuniões de peritos sobre o tema da paz;
3. Publicação de artigos, livros, oficinas, manuais sobre o tema da paz, não-violência, tolerância, interculturalidade;

---

<sup>6</sup> Para mais informações sobre essa instituição de ensino, verificar em: <<http://www.institutomaria.org/>>. Acesso em 23 dez. 2022.

<sup>7</sup> Sobre a história da Escola Internacional Saci ver em: <<http://www.escolasaci.com.br/pt/ensino/historico>>. Acesso em 23 dez. 2022.

4. Implementação do programa Escolas Associadas, destinado à aplicação de uma EP;

Pensando em aliar teoria e prática como elos que se interferem por uma vinculação dialética (SOUSA, 2022, p. 9), e que fornecem elementos para intervenção e transformação da realidade, assinalamos um vislumbre do aspecto prático que podem assumir os itens em questão. Ao trabalhar com a historicidade sobre os Direitos Humanos na formação de educadores da modalidade de Educação para Jovens e Adultos da rede pública municipal da cidade de Fortaleza, no Ceará, a tese de Castro (2018) traz um relato de experiência de uma oficina com o tema “Direitos Humanos e Cultura de Paz” (CASTRO, 2018, p. 77); esta compunha um programa de formação docente através da metodologia de oficinas, que visa a máxima pedagógica do “aprender fazendo” (CASTRO, 2018, p. 35).

**Dimensão 3:** A Educação para a Paz na perspectiva dos Movimentos da Não-violência

Mohandas Karamchand Gandhi (1869 - 1948) é o sistematizador dessa dimensão. Ele não foi um educador no sentido específico do termo, mas defendia que a escola devia não apenas “estar aberta e integrada a seu meio como a educação não pode ser responsabilidade exclusiva da escola; toda a comunidade deve participar dela” (JARES, 2002, p. 71).

Sua prática de luta não-violenta exerceu considerável influência sobre os estudos para a paz (GUIMARÃES, 2005, p. 67). Seu propósito essencial era estimular as gerações à não-violência através de uma vida simples, dedicada a trabalhos manuais; para isso organizou seus postulados em dois importantes princípios: *satyagraha* e *ahimsa*, isto é, “firmeza na verdade” e “ação sem violência” (JARES, 2002, p. 70). Para Gandhi esses dois princípios estão estritamente interligados e indissociados; recusa-se todo e qualquer tipo de violência valendo-se do princípio da *ahimsa*, e coloca-se como condição imprescindível a comunhão ou coerência entre os fins e os meios para atingir soluções positivas em qualquer situação de conflito.

É uma dimensão histórica que se fundamenta na ideia de que não se deve combater a violência por meio da própria violência; o educar para a paz deve ser o educar para a desobediência, para a resistência de forma pacífica, reavaliando o modo como agimos e propondo o desenvolvimento do caráter crítico para distinguir o legal e o legítimo (JARES, 2002).

Referenciamos algumas práxis pedagógicas utilizadas por essa dimensão histórica sobre a EP, segundo Guimarães (2005) e Jares (2002):

1. Realização de dinâmicas de grupo para aprofundamento teórico e prático de termos tais como agressividade e violência;
2. Concretização de atividades para desenvolver a resolução não-violenta de conflitos, como jogos de simulações ou mapas de conflitos;
3. Promoção de técnicas para conhecimento pessoal e de grupo;
4. Realização de dinâmicas para aprofundamento da relação entre empenho pessoal e mudança social.

Um importante fomento ao desenvolvimento das proposições pedagógicas da EP no Brasil advém das ONGs e dos Núcleos de Pesquisas vinculados a projetos de extensão universitária ou na ordem de iniciativas mais particularizadas. Uma vivência bem sucedida nesse sentido pode ser exemplificada pelo Projeto Geração Paz, iniciado em 2009, que contou com o apoio da Universidade Estadual de Ponta Grossa e seu Núcleo de Estudos e Formação de Professores para a Paz – NEP/UEPG. Foram projetos aplicados na formação continuada dos docentes e nas comunidades escolares envolvidas, habilitando-os para um perfil pacificador. O projeto está consolidado no documento Geração Paz, expedido pelo Instituto Mundo Melhor; objetivava-se “[... ] substituir pensamentos e ações de violência por outro da não violência” (GERAÇÃO PAZ, 2015, p. 15). Um outro exemplo é o Projeto de Juiz de Fora nos Trilhos da Paz, desenvolvido pela Diretoria de Política Social da Prefeitura de Juiz de Fora – MG, que tem suas bases normativas descritas no documento Atlas Social de Juiz de Fora, de 2006. Seu objetivo era reduzir a violência entre os jovens (CASSAB, 2009).

#### **Dimensão 4:** A Educação para a Paz na perspectiva da Pesquisa para a Paz (PP)

Essa dimensão histórica ganha seus contornos característicos por volta de 1950 com os estudos específicos sobre a paz; as pesquisas se pautam em uma nova direção metodológica, pois seu objeto de análise deixa de ser a guerra para compreender a paz como o principal significante. A Pesquisa para a Paz – *Peace Research* –, como bem delimita Jares, “modificará substancialmente a concepção dos estudos sobre a paz e os conflitos e, portanto, as próprias formulações da Educação para a Paz” (JARES, 2005, p. 81).

Os olhares para o educar para a Paz, agora, perpassam por uma nova disciplina de conhecimentos, chamada de Pesquisa para a Paz (PP) ou Investigação para a Paz (IP); surgem, assim, os centros de pesquisas, inicialmente nos Estados Unidos, com a publicação da revista *Journal of Conflict Resolution*, em 1957, e com a constituição, na Universidade de Michigan, do *Center for research on conflict resolution*, em 1959, por obra de Angell e K. Boulding (JARES, 2002).

Na outra face do oceano, na Europa, os estudos sobre a paz iniciam sua sistematização científica. Destaca-se o nome do pesquisador norueguês Johan Galtung (1930-), principal fundador da disciplina de Estudos de Paz e Conflito; ele funda, em 1959, em Oslo, o Instituto de Investigação Social, que abarca o departamento de pesquisa sobre conflitos, dirigido por ele. Como bem salienta Jares (2002), “esse autor logo se converterá em referência obrigatória quando se fala em Pesquisa para a Paz” (JARES, 2002, p. 81). Por seu envolvimento com a elaboração de teorias quanto ao conceito de paz, Galtung (1985) é referência singular para os estudos da paz, dos conflitos e da violência que estamos a abordar nesse manuscrito.

Para Galtung (1981), a Pesquisa para a Paz traz a reformulação de uma série de conceitos, e reivindica-a como uma “disciplina normativa carregada de juízos de valor, não-neutra, aberta e dinâmica, interdisciplinar e com uma clara intencionalidade de intervenção social” (JARES, 2002, p. 82). A Pesquisa para a Paz, sob essa ótica, reelabora noções sobre violência e conflitos, modelando um conceito próprio de paz e, associado a ele, de violência.



Galtung sistematiza os conceitos de paz e violência a partir de alguns passos fundamentais. A paz divide-se em duas: paz negativa e paz positiva. A primeira é entendida como ausência de guerra, de violência direta; se não há guerra, então, entende-se que o mundo está em paz. Assim, aborda o autor, caracteriza-se a paz negativa por reportar à paz a ausência de algo, como a guerra, que é um tipo de violência direta, altamente inumana. (GALTUNG, 1985; JARES, 2002; GUIMARÃES 2005; JIMÉNEZ BAUTISTA, 2019).

A segunda, a Paz Positiva, não é compreendida como antítese de guerra, mas como ausência de formas de violência (JARES, 2000). Nessa abordagem, a questão da violência passa a ter um sentido presente nos estudos aplicados à paz; ao delimitar o conceito de paz positiva como antítese a qualquer forma de violência, estabelece-se a tríade da violência, composta pelas modalidades direta, estrutural e cultural (GALTUNG, 1969; JARES, 2000; JIMÉNEZ BAUTISTA, 2019).

Salienta-se que a primeira, a violência direta, traz a concepção da violência a partir de um autor que diretamente a legitima. Já a segunda remete às formas de violência indireta, ou seja, as que acontecem dentro da estrutura social, porém sem um autor imediato que as efetive. Não há um rosto específico, há comportamentos que ferem o tecido social, afetando a vida das pessoas, como os mecanismos que geram desigualdades sociais, perpetuando e aprofundando as marcas das injustiças. A terceira fomenta as outras duas anteriores através da promulgação e imposição de religiões, ideologias, formas de educação e política, e podem ser usadas para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural (GALTUNG, 1985; JARES, 2000 e 2002; GUIMARÃES, 2005; JIMÉNEZ BAUTISTA, 2018; 2019).

A partir desse legado a EP ganha novos patamares e avança na consolidação de suas pesquisas e proposições pedagógicas próprias, que comporão a base para seu desenvolvimento no campo educacional e sua valência na formação de educadores. Além de sustentarem e nortearem as práticas e as investigações científicas sobre o tema, seus pilares epistemológicos oferecem suporte para o desenho de uma postura própria da educadora e do educador pacifista. A seguir, listamos algumas referências de práxis pedagógicas perpassadas por essa dimensão histórica, como abordam Guimarães (2005) e Jares (2002):

1. Estudos sobre a paz identificando seus conceitos e seu desenvolvimento diante dos contextos sociais, concretizando a ideia de paz;
2. O confronto entre os dados e os valores, entre o mundo real e o mundo desejado, com o objetivo de elaborar um diagnóstico da situação e um prognóstico;
3. A ação pela/para a paz, seja ela dentro do próprio grupo educativo ou fora dele, com vista a discutir e trabalhar os conflitos – trabalho em grupo, investigação criativa;
4. Valorização e a importância do educador para a paz.

Essa dimensão é uma das principais para a organização e consolidação dos estudos da EP e sua aplicação dentro das sociedades. É a partir desse processo histórico que a visão de paz vinculada com a não guerra passa a ter uma outra concepção, qual seja, paz como antítese de formas de violência. No contexto brasileiro, essa dimensão não foi muito propalada, “classificando[-se] como um gênero de segunda necessidade” (GUIMARÃES, 2005, p. 66), pois o seu caráter científico institucional requer muita

investigação e empenho. Explica, ainda, que a discussão sobre paz, no Brasil, advém do pensamento de Paulo Freire ao trazer a discussão sobre justiça social vinculada à paz, pois para ele só haverá paz pela transformação das perversidades e a conscientização sobre a realidade social vivida: a luta incessante da justiça social é a luta pela paz. Hoje temos pesquisas pertinentes à EP em universidades brasileiras tais como as do Ceará, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. Esse artigo visa somar-se aos esforços de dar visibilidade a esses estudos, abarcando contribuições fundantes para a formação de educadores pacifista; busca-se pensar a paz como uma ciência, um campo de investigação próprio e definido capaz de oferecer contributos reais, teórico-práticos, para a construção de uma cultura de paz pelo viés da investigação acadêmica.

### **Dimensão 5: A Educação para a Paz na perspectiva da Pedagogia da Libertação – Educação Popular**

Essa dimensão histórica estrutura-se a partir da década de 60 através dos movimentos sociais de base do então chamado “Terceiro Mundo”. Os efeitos da Guerra Fria, vinda após o término da Segunda Guerra Mundial, espargem-se pelo mundo, e a América Latina também se encontra sob esses impactos. Nesse contexto, os movimentos sociais tiveram a educação sociopolítica como fonte de inspiração. Um nome sem precedente é o do educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997): seu pensamento caminha na perspectiva de uma pedagogia consciente e progressista, que repercutiu profundamente em posturas e elaborações teóricas da EP (GUIMARÃES, 2005, p. 72) por uma visão de mundo libertadora e humana.

Freire apresenta seu pensamento para a paz a partir de uma postura crítica da realidade; ele não foi um educador que tematizou diretamente sobre a paz em suas obras, mas o fez por sua abordagem metodológica. É nesse sentido que se explicam premiações como o Prêmio Unesco de EP, outorgado em 1986 (FREIRE, 2014). Seu pensamento está comprometido com a prática educativa; a EP deve promover que os saberes para educar *com* e *para* a paz passem por uma ética universal e uma educação autônoma, embasada nas perspectivas sócio-histórico-culturais dos sujeitos envolvidos, por meio de uma “postura vigilante contra todas as práticas de desumanização” (FREIRE, 2013, p. 13).

Essa dimensão é um legado histórico que estabelece um elo entre a educação formal e a EP, entre ação cultural e conscientização. Além do pensamento freireano, consta também o desenvolvimento das comunidades eclesiais de base, nas décadas de 70 e 80, com fortes influências da Teologia da Libertação, do Movimento de Educação de Base e da Educação Popular no modelo freiriano (GUIMARÃES, 2005 e JARES, 2002). Suas propostas repousam na educação para o desenvolvimento e para a democracia – isso era o que, na década de 70, significava EP na América Latina. Relativo a esse momento histórico, destacam-se as seguintes propostas pedagógicas (GUIMARÃES, 2005 e JARES, 2002):

1. O recurso a temas geradores;
2. Debates e diálogos sobre fatos da realidade;
3. A utilização da arte e do lúdico;
4. O recurso aos círculos de cultura;

5. A valorização das relações humanas no processo educativo;
6. A tomada conjunta de decisões no processo educativo.

O viés prático dessa dimensão para a propositura do perfil dos educadores pacifistas têm suas bases na abordagem metodológica de Freire. Ao estruturar a práxis educativa a partir do universo do sujeito, de seu contexto sócio-histórico, organiza, pelo diálogo participativo, meios para alcançar uma educação que conscientize o sujeito, e não o aliene, e que possa orientá-lo a construir seu processo de conhecimento. O processo da Paz estará presente quando seu sentido não for para encobrir os abusos frente às realidades sociais, mas para promover uma construção incessante da justiça social, da democracia e do desenvolvimento humano. Por esta perspectiva, os educadores pacifistas deverão estruturar os processos da EP com vista à não-violência, aos direitos humanos, ao afeto e à dignidade. Trabalhos desenvolvidos em conjunto com professores e estudantes no Programa “Fortaleza em Paz”, investigado na tese de Castro (2018), trazem uma visão prática de que é possível construir pontes para que o pacifismo seja um processo permanente no seio social, visto que o ser humano é um ser inconcluso e o amanhã não é inexorável.

#### **Dimensão 6:** A Educação para a Paz na perspectiva da Tradição Holística

Essa dimensão se alinha no contexto pós-sessentista, conhecido como contracultura<sup>8</sup>. Os chamados “anos 60” são lembrados como um período de grandes transformações culturais e de comportamento, em que se acentuam a autonomia, a liberdade de expressão, o antiautoritarismo e a “rejeição às hierarquias de autoridade e às normas institucionais” (GUIMARÃES, 2005, p. 87). Para Guimarães (2005), no que toca a EP, esse movimento se expressou na chamada tradição holística, “desencadeada pelo Movimento do Potencial Humano, posteriormente pela Nova Era, gerando um sem-número de redes, com várias denominações, tais como o complexo ou circuito alternativo, ou ainda holismo” (GUIMARÃES, 2005, p. 87), denominações variadas para a busca por novos paradigmas culturais.

Um dos nomes dessa dimensão é o do educador e psicólogo francês Pierre Weil (1924-2008). Em 2000, ele recebeu, pela Unesco, a menção de honra por sua metodologia inovadora, por seu trabalho na difusão da EP e pela fundação da Universidade Internacional da Paz – UNIPAZ (1987), com sede no Brasil e com subsedes pelo mundo, tendo um arcabouço teórico constituído e aplicado em suas formações. Nessa vertente, busca-se estabelecer a harmonia entre a razão, o sentimento e a intuição por meio do desenvolvimento da consciência e valores humanos, com ênfase na interioridade da paz. Essa tradição é influenciada por uma teoria unitária do universo, levando em conta o equilíbrio entre o homem, a sociedade e a natureza, e propondo a unidade da consciência com o mundo.

---

<sup>8</sup> Guimarães (2005) cita Carozzi e defini os marcos interpretativos do movimento da Contracultura: “autonomia individual *versus* instituições e normas sociais, o desenvolvimento da sensibilidade em relação a uma supervalorização da racionalidade” (2005, p. 87), entre outros.

Como enfatiza Weil (1993), a EP deve começar pelos próprios professores: “o exemplo de sua paz interior e sua habilidade para irradiá-la e desenvolvê-la permitirá que caminhemos rumo ao futuro” (WEIL, 1993, p. 14). Ele diz, ainda, que seu objetivo é de conduzir os professores à transformação de suas próprias consciências e de seus alunos, uma vez que não se pode mudar aos outros e ao mundo sem começar por si mesmo. Presente no Brasil em grandes proporções e com grande receptividade, essa dimensão da EP atua em várias frentes e dentro de muitas instituições de ensino, desenvolvendo-se especialmente por meio de cursos de cultura de paz e educação em valores, os quais têm encontrado muita receptividade e trocas (GUIMARÃES, 2005). Lança-se mão de diversas disciplinas e práticas pedagógicas que tocam diversas áreas da vida; a seguir, listamos alguns de seus traços distintivos (GUIMARÃES, 2005 e JARES, 2002):

1. Ioga, controle mental e meditação transcendental;
2. Métodos de despertar da sabedoria e do amor, ligados a tradições africanas, xamanistas, judaicas, cristãs, muçulmanas, hinduístas e budistas;
3. Métodos de psicoterapia individual e em grupo;
4. Dança, música, artes plásticas, teatro e encenação;
5. Jogos educativos e folclóricos;
6. Técnicas de treinamento e formação nas organizações empresariais.

O trabalho da UNIPAZ no Brasil e no mundo aborda a formação específica de agentes para e pela paz, com o objetivo de desenvolver seres capazes de colaborar para a construção da cultura de paz. A tese desenvolvida por Sampaio (2012) soma às propostas dessa dimensão por ter realizado junto ao corpo docente e entre os alunos, a partir do Programa “Fortaleza em Paz”, oficinas da paz e a criação de espaços de discussão. Foram relatados benefícios quanto à participação da prática de meditação na escola, tais como promoção da qualidade de vida, bem-estar, saúde, além da diminuição dos índices de violência na cidade.

### **Caminhos para a formação da educadora e do educador pacifista**

O delineamento das dimensões históricas apresentadas fornece uma sistematização de caminhos epistemológicos referentes aos estudos da EP no sentido de promover a reflexão-ação (FREIRE, 2013) para desenvolvimento individual e coletivo da paz. A educação é um meio possível por ser uma especificidade humana (FREIRE, 2013). Por ela constroem-se mecanismos para desenvolver comportamentos de paz e não-violência, de boa convivência social e planetária; isso requer um fazer cuidadoso, uma ação consciente.

A construção permanente da paz não é um “dado dado” (FREIRE, 2013, p. 21), ou seja, não é “um presente dado à humanidade. É uma substância política e deve ser fundada. É uma instituição de direito” (NODARI, 2011, p. 35). Sua prática deve estar condicionada às formações específicas referentes aos estudos da EP em prol de uma sociedade mais fraterna, justa e pacífica.

Ao nos referirmos ao papel de educadores pacifistas por meio de uma postura voltada para a construção de cultura de paz, estamos defendendo os princípios norteadores da EP e como desenvolvê-los no campo educacional. Os educadores, embasados por saberes críticos e fundamentados nessas proposições pedagógicas, terão a oportunidade de construir relações mais produtoras que promovam as mudanças comportamentais aqui problematizadas, pois “[...] nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável às mudanças” (FREIRE, 2013, p.11).

É preciso conhecer para atuar e, como salientado, os estudos sobre a EP, no Brasil, percorrem por caminhos tímidos; isso repercute na questão da formação de professores, pois os conhecimentos ainda não estão sendo trabalhados com o rigor científico que merecem, tanto dentro do ensino superior quanto na educação básica. Essa fragilidade dificulta a difusão de saberes que podem facilitar caminhos para efetivar a construção da cultura de paz. Esses saberes reverberam no rompimento de um processo de formação conteudista, mecanicista, para instituir uma formação mais integral do ser humano (CASTRO, 2018; FREIRE, 2013).

A paz é, sem dúvida, um dos grandes imperativos deste novo milênio e seus estudos avançam e tornam-se interesse da opinião pública em geral: de políticos, de religiosos, da sociedade civil... Essa crescente preocupação dos setores sociais retroalimentam as discussões a respeito de como o profissional da educação deve atuar, ressaltando suas habilidades em lidar com a temática da paz frente a questões antíteses a ela, como a violência e a desumanização, considerando a melhor forma de resolvê-las sob uma ótica positiva e criativa (JARES, 2002).

Por isso, na formação permanente dos professores, o momento mais importante para Freire (2013) é o da reflexão crítica sobre a prática. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2013, p. 40). Quanto mais o discurso teórico se aproximar da prática, melhor será a capacidade do educador de romper com a visão ingênua de atuar com rigor nos processos que cabem à educação.

Investigando a viabilidade de tais proposições, traçamos um percurso básico que se soma às propostas discutidas nas dimensões históricas, elencamos condutas para a postura da educadora e do educador pacifistas na perspectiva da EP. Na visão de Gomez-Arévalo (2014, p. 282), ao citar Zavaleta (1986, p. 129), a “formação de um/a educador/a para a paz é a chave que abre as portas para a paz e que esses tenham: habilidade, idoneidade, interesse e atitude para poder ter êxito em seu trabalho”. Neste contexto, Freire (2013) nos ensina que “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 2013, p. 39).

Pela discussão histórica aqui apresentada e pelos estudos de Gomez-Arévalo (2014) e de Paulo Freire (2013), propomos os pontos a seguir:

1. Que o professor assuma como modelo de trabalho o da EP, e que o próprio docente tenha comportamentos pacíficos em relação a seus alunos, de forma que este se constitua como um aspecto influente do processo de aprendizagem em sua dimensão prática;
2. Quanto ao currículo, o professor deve possuir atitudes básicas para transmitir a seus alunos afirmação e

valorização da vida, bem como o desenvolvimento de interpretações críticas e positivas das realidades do mundo contemporâneo;

3. Tecer a esperança por um mundo escolar diferente do atual, com mais equidade, e realizar esse intento com e para a comunidade, pela cooperação e pela partilha;
4. Desenvolver e trazer os valores para uma convivência ética, sabendo lidar com os conflitos de forma pacífica e não violenta, comunicando sua humanidade;
5. Tecer compromissos sinceros com a construção da paz e entendê-la como direito e como dever, na busca de um mundo cada vez mais justo e solidário, dialogando com os pares;
6. Ter sempre em conta que o processo educativo passa pelo conhecimento de sua disciplina entrelaçado com as demais – nesse sentido, a ampliação pelos Temas Transversais virá somar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;
7. Compreender o ser humano como ser integral no espaço-tempo numa visão holística, com sua sensibilidade, emoções, espiritualidade, personalidade, diversidade histórica e cultural, contribuindo para sua formação integral;
8. Ter respeito por si mesmo, pelos demais e pela natureza;
9. Poder colocar suas ideias em prática e avançar com a teoria;
10. Traduzir ideias abstratas sobre a paz em práticas concretas;
11. Ser um docente comprometido com a busca de conhecimentos. Cuidar de sua autoestima e desenvolver uma prática educativa humana e amorosa;
12. Ter uma escuta ativa, comunicar sem violência, dialogar, aceitar as diferenças, aprender a manejar os conflitos sob uma perspectiva positiva e criativa;
13. Ter uma postura política contra a cultura de violência e a favor da cultura da paz.

Essa capacidade de revisar as práticas docentes está associada ao exercício da reflexão sobre a ação com vista à transformação da realidade. É nesse sentido que defendemos, como Freire (2013), a formação permanente dos educadores para que possam desenvolver a docência com ética, profissionalismo e amorosidade.

Entendemos que os itens elencados são caminhos que contribuem para a formação da educadora e do educador pacifista que, entrelaçados com os conhecimentos da EP, apresentam propostas de intervenção para a paz no plano educacional em todos os seus níveis.

Os próximos passos da pesquisa apontam para a elaboração de um material de divulgação lúdico e informativo que auxilie nas formações inicial e continuada dos educadores, indicando caminhos para o desenvolvimento de uma atuação pacifista.

## **Considerações finais e luz ao caminho**

Este artigo tratou sobre a caminhada epistemológica que deu base para a difusão e a sistematização da EP, ressaltando seu imperativo sócio-educacional e o trabalho a ser desenvolvido com educadores para a construção de uma identidade e prática pacifistas, o respeito a eles e a importância de seu constante aprimoramento. A educação que tem o processo da paz como objetivo para construir cultura de paz deve aperfeiçoar-se continuamente a partir das trocas interpessoais de conhecimentos e saberes a respeito desse objetivo; devemos construir pontes, e não muros.

Não temos a garantia de que atingiremos tal estado na educação; porém, sendo bons os meios, o fim tende a ser alcançado, e a educação estará cumprindo o seu papel de transformação social e de transmissora de valores, oportunizando, assim, a sementeira. Ser educador é envolver-se em uma profissão que dialoga com vidas humanas, com uma diversidade cultural de grande amplitude e com muitas complexidades a cuidar. A formação desses educadores a partir de uma visão pacifista, sob a perspectiva da EP, é um caminho para levá-los a concepções e práticas que envolvem sua própria realidade somada à tantas outras. Tais práticas serão possíveis mediante processos de formação continuada a fim de possibilitar uma educação que visa à paz, à dignidade e ao amor, construindo uma pedagogia da paz.

Portanto, é preciso fortalecer cada vez mais formações incutidas nos estudos para a paz, dinamizadas nos diversos espaços educacionais, sobretudo o escolar. A perspectiva para isso está, também, no papel fundante do educador com uma visão pacifista e pacificadora; daí a importância do olhar cuidadoso para o profissional da educação que, além de se manter coerente, será uma ponte para que o outro, seu aluno, esteja junto em reflexões, observando e discutindo seu lugar no mundo, exigindo direitos e sendo sabedor de seus deveres. Acreditamos que, assim, podemos processar com mais eficácia o universo que constrói, paulatinamente, a paz, propagada pela união da comunidade escolar com vista a fortalecer e efetivar espaços de paz.

Deixamos esse manuscrito como forma de colaboração para pensar a paz, desejando que muitas outras pesquisas possam se alinhar a essa para devolver à sociedade conhecimentos e práticas que efetivem uma convivência mais humana e respeitosa. A caminhada já foi iniciada há séculos; cabe a nós mantê-la, atualizá-la, compartilhá-la, para que, a partir de outros estudos, nossa realidade social transforme-se para melhor, expressando um contexto mais solidário, amoroso e fértil. Isso é paz, é esperança, uma responsabilidade de todos nós; desta forma, esperamos que “Sísifo” esteja mais em “paz”.

## Referências

BAENA, A. e PESQUERO, Y. Educación para la Paz. Algunas pautas conceptuales (Documento de reflexión). In: Consejo de la Juventud de España. **Anais**. Madrid, 1998. Disponível em: [www.jocecy.org/puzzle/descargas/paz.pdf](http://www.jocecy.org/puzzle/descargas/paz.pdf). Acesso em: 1 set. 2022.

BOMBASSARO, Luiz C. Educação para a paz: sentidos e dilemas. **Educação**, Porto Alegre, v. 59, n. 2, p. 445-451, Maio/Ago, 2006. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/453>>. Acesso em: 1 set. 2022.

- CASSAB, Clarice. Imagens e representações do jovem e da juventude: considerações sobre o Juiz de Fora nos Trilhos da Paz. **Libertas**, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 158-178, ago./dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18193>>. Acesso em: 1 set. 2022.
- CASTRO, Livia Maria Duarte de. **Cultura de paz, extensão e formação de educadores: práticas de Educação para a Paz**. Fortaleza: Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GERAÇÃO PAZ. **Transformando as violências em convivências pacíficas - Projetos de Sucesso - Instituto Mundo Melhor**, 2015. Disponível em: <<http://www.institutomm.com.br/upload/publicacoes/1611341512LIVRO%202015.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2022.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/422690>>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- GALTUNG, J. Hacia una definición de la Investigación sobre la paz. In: Unesco - Investigación sobre la paz. Tendencias recientes y repertorio mundial. **Anais**. Paris: Unesco, 1981.
- GALTUNG, J. **Sobre la paz**. Barcelona: Fontamara, 1985.
- GÓMEZ-ARÉVALO, A. P. Del presente al futuro: de la Educación para la paz a la Pedagogía para la Paz. **Ra Ximhai**, El Fuerte, v. 10, n. 2, p. 257-289, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/461/46131266011.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- GUIMARÃES, M. R. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul: EducS, 2005.
- HERRERO RICO, Sophia. Reseña de “Educación para la paz. Su teoría y su práctica” de Xesús R. Jares. **Convergencia – Revista de Ciencias Sociales**, Toluca, v. 10, n. 33, p. 285-298, set./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/105/10503313.pdf>>. Acesso em 27 dez. 2022.
- JARES, X. Los contenidos básicos de la educación para la Paz. **Padres y Maestros / Journal of Parents and Teachers**, Madrid, n. 254, p. 15-18, set. 2000. Disponível em: <<https://revistas.comillas.edu/index.php/padresymaestros/article/view/2466>>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- JARES, X. **Educação para a Paz: sua teoria e sua prática**. 2. ed. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- JIMÉNEZ BAUTISTA, F. Cartografía de paces y cultura de paz. In: GÓMEZ COLLADO, M. E. (coord.). **Temas actuales para la promoción de la cultura de paz, el estudio de los conflictos y el desarrollo**. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2018.



JIMÉNEZ BAUTISTA, F. El conflicto: antropología de la(s) neutralidad(es). In: JIMÉNEZ BAUTISTA, F. **Gestión de Conflictos**. Madrid: [s.n.], 2019. p. 17-42. DOI: 10.2307/j.ctvk8vz6x.4. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/334155643\\_El\\_conflicto\\_Antropologia\\_de\\_las\\_neutralidades](https://www.researchgate.net/publication/334155643_El_conflicto_Antropologia_de_las_neutralidades)>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NODARI, Paulo César. Educação e cultura da paz: à luz do esboço kantiano, À paz perpétua [Zum ewigen Frieden], ainda é possível pensar uma cultura da paz? **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 14, n. 3, p. 11-30, 2009. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/NODEEC>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução Herrera Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962.

SAMPAIO, Daniela Dias Furlani. **Cultura de paz, educação e meditação com jovens em escola pública estadual de Fortaleza**. Fortaleza: Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, 2012.

SOUSA, F. R. S. et al. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-16, 2022, DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19366.039.

UNESCO. Declaração e Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia. Paris: Unesco, 1995.

WEIL, P. **A arte de viver em paz: por uma nova consciência, por uma nova educação**. Tradução Helena Roriz Taveira e Hélio Macedo da Silva. São Paulo: Gente, 1993.

*Submetido: 20/09/2022*

*Aceito: 10/01/2023*